

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.**

**GT 09 – Desigualdad Socioeconomica y Desarrollo**

**Desigualdades nos anos 2000: desafios para o desenvolvimento nacional brasileiro**

**Cassiano José Bezerra Marques Trovão, Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Econômico IE/UNICAMP. Bolsista Capes.**

## **Desigualdades nos anos 2000: desafios para o desenvolvimento nacional brasileiro**

### **Resumo Simples**

O objetivo deste ensaio é abordar o tema da desigualdade a partir da constatação da necessidade de uma análise multidimensional, apresentando as principais transformações ocorridas no período recente do Brasil e apontando os avanços e limites do processo recente de queda da desigualdade.

Identificou-se um avanço importante na diminuição da desigualdade de renda corrente antes da imposição fiscal e, em menor medida, de outras dimensões. No entanto, sob a ótica multidimensional, evidenciou-se a existência de uma grande gama de insuficiências que atinge a população mais pobre no Brasil.

Por fim, o ensaio levanta alguns elementos importantes que devem ser contemplados por um projeto nacional de longo prazo que se proponha a alterar estruturalmente a condição de elevada desigualdade na sociedade brasileira.

## **Resumo Expandido**

A complexidade do tema da desigualdade exige uma análise abrangente que supere os limites das abordagens restritas à distribuição de renda. Para tanto, não se podem desconsiderar as heranças históricas que conformaram a sociedade brasileira.

Segundo Dedecca (2010), restrições estruturais e conjunturais, sejam elas de origem econômica, social ou política, tendem a condicionar a evolução do quadro de “desigualdades” existente. Para o autor, abordagens sobre esse tema devem considerar tanto os desafios do presente e do futuro quanto os constrangimentos herdados do passado.

O debate sobre as origens do elevado nível de desigualdade no Brasil parte da formação e constituição do mercado de trabalho livre, na segunda metade do Século XIX, após a proibição do tráfico negreiro, da libertação dos filhos dos escravos com a Lei do Ventre Livre e, finalmente, com o término da escravidão em 1888. Para Dedecca (2010), a particularidade do caso brasileiro está na não realização da reforma agrária após a abolição do trabalho escravo no país. A regulação pelo Estado ao acesso à terra (Lei de Terras) possibilitou a manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada em grandes propriedades e impôs, para a maioria dos trabalhadores negros livres, o assalariamento em unidades produtivas oriundas do período colonial, submetendo esse “trabalhador” a uma relação que em muito pouco diferia daquela própria da escravidão.

Ademais, cabe destacar que a formação do mercado de trabalho assalariado se deu em um momento de emergência de um novo complexo produtivo no país associado ao café. Em substituição ao processo de mobilização interna da população negra livre, a decisão em favor de uma política migratória internacional (Itália, Espanha, Alemanha e Japão), orientada e financiada pelo Estado, encontra-se na raiz da constituição de um mercado de trabalho com recorrente excedente de força de trabalho, característica fundamental que marcou o desenvolvimento brasileiro ao longo do Século XX.

Com o colapso do complexo exportador cafeeiro e a grande Crise de 1929 no Brasil, começou-se a integrar tanto as atividades econômicas como o mercado de trabalho. Segundo Dedecca (2010), esse quadro econômico desfavorável acabou por estimular o desenvolvimento da produção interna devido às restrições para importação. O início da integração nacional propiciou a quebra da situação de isolamento dos mercados

regionais, permitindo o início da mobilização dos trabalhadores nordestinos para o processo de industrialização concentrado na Região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo.

Apesar da elevada capacidade de geração de empregos nas atividades urbanas, industriais ou não, no início do processo de integração e constituição da Indústria Nacional, o problema da absorção de mão-de-obra amplamente disponível não pode ser solucionado.

Segundo Dedecca (2010), é por essas razões que o processo de industrialização se deu com um recorrente e elevado excedente de força de trabalho. Para o autor, esse movimento pode ser melhor entendido a partir da evolução da população ocupada, entre 1940 e 1990. Afirma que, apesar do crescimento elevado da ocupação em atividades industriais e nos serviços governamentais e de utilidade pública, houve uma reprodução do estoque de ocupados em atividades agrícolas e, principalmente, um crescimento expressivo de trabalhadores informais ou em atividades de subsistência.

O processo de industrialização evoluiu sob um modelo político de regulação que reproduziu um mercado de trabalho caracterizado por uma baixa efetividade da proteção social. A recorrência de governos autoritários, que combateram violentamente a ação sindical, e a existência constante de uma excessiva disponibilidade de mão-de-obra conformaram um mercado de trabalho marcado por baixos salários, baixo nível de proteção e elevada rotatividade. (Baltar e Proni, 1996; Dedecca, 2010)

O resultado desse processo foi expresso por um descasamento entre o forte desenvolvimento econômico e o baixo desenvolvimento social. Para Dedecca (2010), a origem desse descompasso está no modelo de regulação que se mostrava virtuoso ao regime econômico, mas não permitiu o estabelecimento de instituições tradicionais de redistribuição de renda relacionadas ao mercado de trabalho e a política social.

Esse descasamento entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social foi alvo de grande debate nos anos 1970. Os diferentes estudos discutiam sobre os fatores determinantes da desigualdade de um padrão de crescimento que se processava por uma expansão acentuada da produção, com elevação dos níveis de concentração de renda<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre o debate sobre a concentração de renda, desse período, ver: LANGONI, C.G. (1973); MALAN, P. S. (1978); HOFFMANN, R. (1978); MEDEIROS, C.A. (1993); e SERRA, J. (1978)

O longo ciclo de crescimento brasileiro foi interrompido no início dos anos 1980. No entanto, ao mesmo tempo em que a sociedade conheceu um período de dificuldades econômicas oriundas do baixo dinamismo, da elevada inflação e de um contexto internacional desfavorável em termos de financiamento, fluxo de capitais e difusão tecnológica para os países em desenvolvimento, trilhou-se um rumo em direção à construção e à consolidação da democracia brasileira.

A Constituição de 1988 garantiu as condições políticas democráticas para a promoção de eleições diretas dos governantes e representantes políticos em todos os níveis de governo, para a representação e negociação coletiva e para a adoção de políticas sociais universais, em especial de saúde e educação.

No entanto, a primeira eleição direta para a presidência da república, em 1989, foi dominada por um debate sobre o marco regulatório político, econômico e social aprovado no ano anterior. O resultado foi a eleição de um novo governo, cujas propostas eram: abrir a economia em termos comerciais, produtivos, financeiros e tecnológicos; realizar uma ampla privatização das empresas estatais e viabilizar a flexibilidade do sistema de proteção do trabalho e social. Essas propostas chocavam-se radicalmente com as conquistas da sociedade brasileira contidas no texto da nova Constituição.

Nos primeiros anos da década de 1990, a execução de grande parte dessas medidas, como a abertura econômica em um ambiente de estagnação com elevada e crescente inflação, traduziram-se em elevado desemprego, desvalorização dos salários e corrosão das políticas sociais, alavancadas pelos efeitos perversos no âmbito da desorganização do Estado.

A estabilização inflacionária, pós Plano Real de 1994, decorrente da abertura comercial e financeira fortalecida pela atração de capitais a partir do programa de privatização e da adoção de uma política monetária centrada em juros reais elevadíssimos, proporcionou uma reorganização produtiva industrial cujas consequências foram: queda expressiva da produção e do emprego industriais; adoção de mecanismos de controle do orçamento público em razão do fim do imposto inflacionário; destruição de empregos formais; aumento do desemprego aberto e queda dos salários. Para Dedecca (2010), os efeitos negativos da estabilização não se mostraram piores em decorrência da elevação substantiva do salário mínimo em 1995, que continuou aumentando, mesmo que em menor ritmo nos anos seguintes.

Após esse longo período de estagnação, a primeira década do século XXI permitiu ao Brasil reconquistar uma trajetória de crescimento com geração de empregos, mesmo com a interrupção desse movimento extremamente favorável a partir do último trimestre de 2008, quando eclodiu uma pesada crise internacional.

As especificidades econômicas e políticas dessa década mostraram-se extremamente favoráveis à redução da desigualdade no Brasil. Portanto, é importante que se compreenda, de forma um pouco mais profunda, esse processo levando em conta seus avanços e limites.

Para tanto, este ensaio estará dividido em cinco seções. A primeira tem por objetivo situar metodologicamente o tema da desigualdade. A segunda apresentará algumas evidências da retomada da atividade econômica dos anos 2000 para a criação de um ambiente favorável a redução da desigualdade. A terceira tem por objetivo apresentar algumas evidências, a partir de algumas interpretações sobre o tema, além de indicar os principais resultados e avanços do processo recente de queda da desigualdade no Brasil. A quarta parte evidenciará os principais limites do processo e exalta a necessidade de se abordar o tema da desigualdade sob uma ótica multidimensional de forma a contemplar toda a complexidade que este tema possui.

Por fim, na quinta e última seção, algumas considerações finais intentarão elucidar os principais desafios para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento que contemple a manutenção do crescimento econômico, sem relegar a importância de se alterar estruturalmente a condição histórica de elevada desigualdade no Brasil.

Nesse sentido faz-se necessária a apresentação de algumas constatações que nortearão o presente estudo. Portanto, evidencia-se que a primeira década do século XXI representou um marco para a economia brasileira. Nesse período recuperou-se a atividade econômica, ampliou-se o nível de emprego e renda, além de diminuir as desigualdades de renda corrente.

Contribuíram para esse cenário alguns fatores distintos: os primeiros, de ordem econômica, contribuíram para ativar a economia, a produção, induzindo a ampliação do consumo e do investimento; os segundos, de natureza política, potencializaram a virtuosidade desse processo.

Quanto a esses últimos cabe destacar a importância do papel do crédito ao consumo – potencializando a demanda agregada pela ampliação de demanda autônoma – e o investimento autônomo, impulsionado pelos gastos públicos em infraestrutura, no escopo do PAC.

Esse cenário proporcionou uma redução importante nos níveis da desigualdade de renda corrente e evidenciou a importância do crescimento da atividade econômica e a da recuperação do mercado de trabalho para esse processo.

Assim como o mercado de trabalho, as políticas de valorização do Salário Mínimo e as de transferência de renda também se mostraram importantes. No entanto, deve-se ter claro que esses elementos dependem fundamentalmente da capacidade de se sustentar o nível da atividade econômica.

Nesse sentido, evidencia-se a importância da política pública, em especial a social para atuar como elemento de dinamismo da atividade econômica e proporcionar a continuidade da evolução favorável de queda da desigualdade. Deve ficar claro que a política pública pode proporcionar o acesso a bens e serviços que não podem ser alcançados via renda, como é o caso de saúde, educação e saneamento básico.

É evidente que o instrumento distributivo de natureza monetária foi e continuará sendo importante. No entanto, como se acredita que o conceito de desigualdade vai além da renda, faz-se necessário considerar as necessidades de ordem multidimensional como: água/saneamento, energia, transporte, habitação, saúde, educação, alimentação, acesso à terra, previdência, trabalho e meio ambiente para se pensar um Projeto Nacional de Desenvolvimento, o grande e atual desafio para o Brasil.

## **Referências Bibliográficas**

BALTAR, P. et. al. (2010). Moving towards decent work. Labour in the Lula Government: reflections on recent brazilian experience. In: Global Labour University Working Papers. Paper nº 9.

BALTAR, P. e PRONI, M. (1996) Sobre o regime de trabalho no Brasil: Rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. e MATTOSO, J. (orgs.) Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou Volta ao Passado. Scritta, São Paulo.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. (2007) A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza. TD1256 Ipea, Rio de Janeiro.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. (2010) Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. TD1460 Ipea, Rio de Janeiro.

CARNEIRO, R. (2010) O Desenvolvimento Brasileiro Pós-Crise Financeira: Oportunidades e Riscos. Observatório da Economia Global – no. 4 – Agosto, 2010.

DEDECCA, C. S. (2010) As desigualdades na sociedade brasileira. Campinas: IE/UNICAMP – Mimeo.

DEDECCA, C. S. (2012) Notas sobre crescimento, desenvolvimento e desigualdades no Brasil. Debates Fundap.

DEDECCA, C., JUNGBLUTH, A. e TROVÃO, C. J. B. M. (2008) A Queda recente da Desigualdade: Relevâncias e Limites. XXXVI Encontro Nacional da ANPEC. Salvador.

DRAIBE, S.M. (1998) A política brasileira de combate à pobreza. In VELLOSO, J.P.R. (org.), O Brasil e o Mundo no Limiar do Novo Século. 1 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998, v. 2, p. 299-328..

DRAIBE, S.M. A Construção Institucional da Política Brasileira de Combate à Pobreza: Perfis, Processos e Agenda,. NEPP - Cadernos de Pesquisa, Campinas, v. 34, p. 4-36, 1998.

HOFFMANN, R. (1978). Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TOLIPAN, R. e TINELLI, A. C. (orgs.) A controvérsia sobre a distribuição de renda no Brasil. Zahar, Rio de Janeiro.

HOFFMANN, R. (2010) Desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 647-661, dez.

IPEA. (2006) Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Nota Técnica. Brasília: IPEA.

LANGONI, C.G. (1973). Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, capítulos 8 e 9.



MALAN, P. S. (1978). Distribuição de Renda e Desenvolvimento: novas evidências e uma tentativa de clarificação da controvérsia. In: Dados nº 21, UFMG, MG.

MEDEIROS, C.A. (1993). Industrialização e regime salarial na economia brasileira: os anos 60 e 70. In: Economia e Sociedade nº 2, UNICAMP, Campinas.

SALM, C. (2006). Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. In: PAES DE BARROS, R. et al. Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente. IPEA, Brasília, Capítulo 8.

SERRA, J. (1978) A reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas. In: TOLIPAN, R. e TINELLI, A.C. (orgs. ).A controvérsia sobre a distribuição de renda no Brasil. Zahar, Rio de Janeiro.

SOARES, S. S. D. (2006) Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. TD 1166. Brasília: IPEA.